

# DESENVOLVIMENTO HUMANO EM MINAS GERAIS: ALGUNS ASPECTOS

Fernando M. Prates (coord.) \*  
Cláudia J.G. Horta \*  
Maria Luíza A. Marques \*  
Mônica G. F. Costa \*  
Olinto J. O. Nogueira \*

## Resumo

Com base estritamente no índice de desenvolvimento humano municipal e nos três subíndices que o compõem, o texto aborda o desenvolvimento humano em Minas Gerais comparativamente aos demais estados brasileiros e destaca as desigualdades intermunicipais e inter-regionais existentes. Conclui-se que, entre 1991 e 2000, a situação de Minas Gerais melhorou e as desigualdades foram reduzidas, mas aponta-se para a necessidade de incluir outros indicadores para um melhor diagnóstico do desenvolvimento humano no estado.

## 1. Introdução

Este texto busca analisar, a partir das informações contidas no *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*<sup>1</sup>, a situação atual (2000) e a evolução (entre 1991 e 2000) dos estados brasileiros, dos municípios e das regiões de planejamento de Minas Gerais, do ponto de vista do desenvolvimento humano, destacando a desigualdade e as disparidades inter-regionais e intermunicipais existentes.

A análise utiliza basicamente o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e os três subíndices que o compõem, referentes às dimensões Renda, Educação e Longevidade (IDHM-Renda, IDHM-Educação e IDHM-Longevidade), referentes aos anos de 1991 e 2000. São feitas, adicionalmente, algumas considerações críticas a respeito dos indicadores que compõem os índices das dimensões Renda e Educação, mostrando-se a necessidade de melhor qualificar a análise do desenvolvimento humano a partir de outros indicadores e dimensões. Nesse sentido, o *Atlas do Desenvolvimento Humano* fornece uma

---

\* Pesquisadores da Fundação João Pinheiro

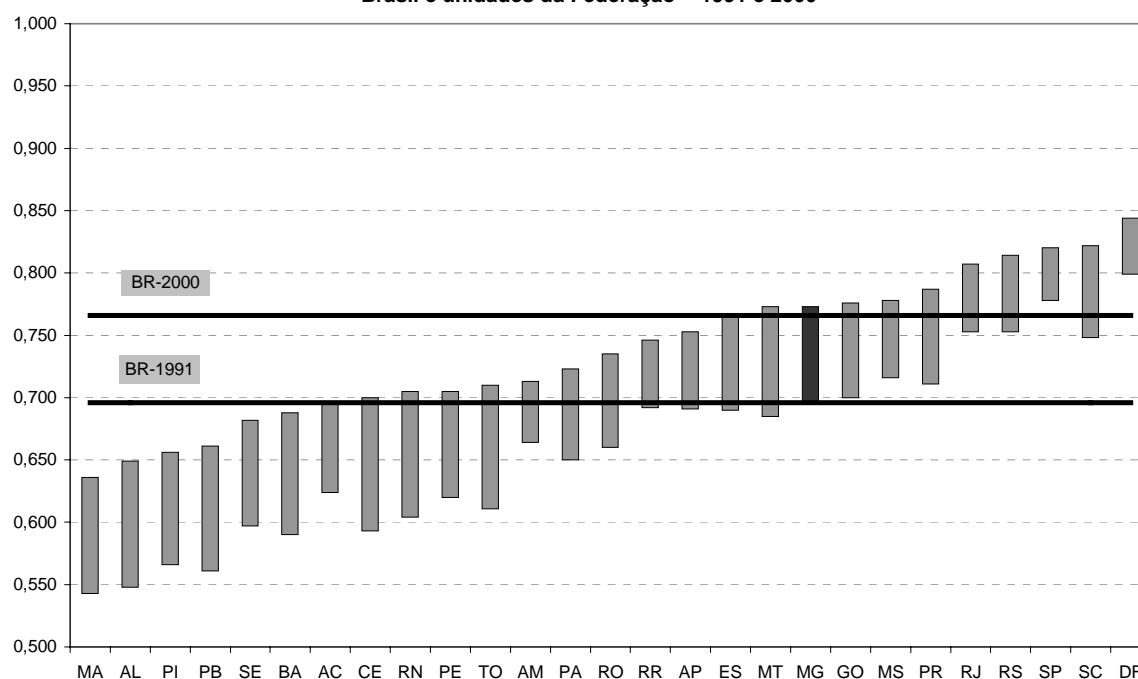
<sup>1</sup> FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003. Disponível em: <www.fjp.gov.br>

série de indicadores adicionais relacionados às dimensões contempladas no IDHM e a outras dimensões, permitindo um aprofundamento do diagnóstico aqui apresentado<sup>2</sup>.

## 2. Minas Gerais no contexto nacional

Em 2000, apenas os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam IDHM igual ou superior ao do Brasil (gráf.1). Entre esses 11 estados Minas Gerais divide com Mato Grosso a 9ª posição, estando muito próximo da última e praticamente com os mesmos índices dos demais estados do Centro-Oeste. Apenas o Distrito Federal e quatro estados já ultrapassaram o limite para o alto desenvolvimento humano (IDHM=0,800). Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, nessa ordem, têm os índices mais altos.

**Gráfico 1: Índice de Desenvolvimento Humano  
Brasil e unidades da Federação - 1991 e 2000**



Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003.  
Disponível em: <www.fjp.gov.br>

<sup>2</sup> O IDHM é a média simples dos índices de Renda, Educação e Longevidade. Esses índices, por sua vez, são obtidos, respectivamente, a partir dos indicadores: *renda familiar per capita*; *taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais* e *taxa bruta de frequência à escola*; e da *esperança de vida ao nascer*. Sem esgotar as potencialidades do *Atlas do Desenvolvimento Humano*, um diagnóstico mais aprofundado do desenvolvimento humano em Minas Gerais, incluindo outros indicadores das dimensões Renda, Educação e Longevidade, encontra-se no texto “Aspectos do desenvolvimento humano em Minas Gerais”, Cadernos BDMG no. 7, dezembro/2003, do qual o presente texto, com algumas modificações, constitui o capítulo 3.

Minas Gerais acompanha de perto a média brasileira. Seu índice está bem próximo ao do Brasil, como, aliás, já estava no início da década de 90. Ou seja, progrediu no mesmo ritmo do país.

Minas Gerais caracteriza-se também por ser uma “média espacial”, uma transição entre as regiões brasileiras de maior e de menor Índice de Desenvolvimento Humano e uma transição entre São Paulo, ao sul, e Bahia, ao norte. O estado detém hoje o IDHM que São Paulo apresentava em 1991. Naquele ano, seu IDHM já estava acima do que hoje apresenta o estado da Bahia<sup>3</sup>.

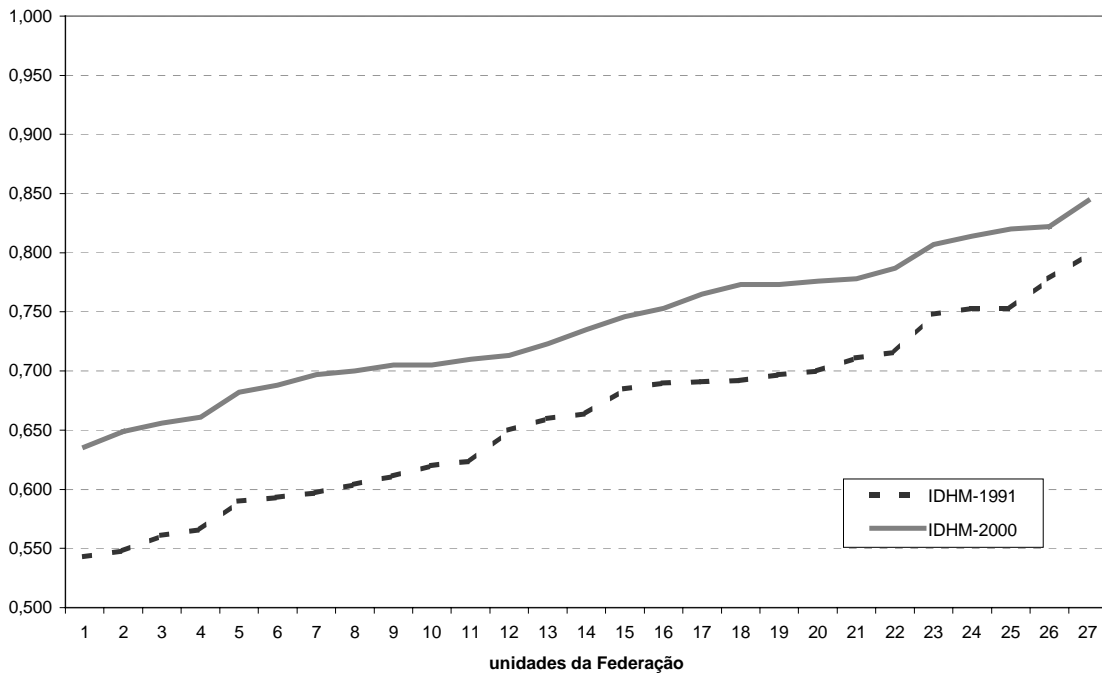
Excluindo o Acre, os estados do Nordeste detêm os piores índices. Dentre eles, Maranhão e Alagoas ainda não percorreram metade da distância entre o baixo e o alto desenvolvimento humano. Mas foram exatamente os estados do Nordeste que apresentaram os maiores progressos entre 1991 e 2000, resultando em redução da disparidade e da desigualdade interestadual no período, o que pode ser mais bem percebido no gráfico 2, em que os estados encontram-se ordenados, tanto em 2000 como em 1991, do menor para o maior IDHM<sup>4</sup>. Note-se que o número na abscissa pode estar se referindo a diferentes unidades da Federação em 1991 e 2000. De fato, voltando ao gráfico 1, vê-se que ocorreram algumas inversões de posição nesse período, destacando-se as perdas de posição de São Paulo para Santa Catarina, do Amazonas para o Pará, de Pernambuco para o Tocantins e do Acre para o Ceará. Minas Gerais não foi ultrapassado por nenhum estado, embora tenha sido alcançado por Mato Grosso, que, partindo de um nível significativamente inferior em 1991, progrediu mais.

---

<sup>3</sup> Uma boa forma de mostrar a distância que separa Minas Gerais, Bahia e São Paulo em termos de desenvolvimento humano consiste em verificar que, adotando-se a velocidade de crescimento do IDHM do Brasil, a Bahia levaria 10,9 anos para atingir o nível atual de Minas Gerais, que, por sua vez, levaria 6 anos para chegar ao nível atual de São Paulo. Para alcançarem o nível de Santa Catarina, Minas levaria 6,3 anos e o Maranhão, pior IDHM do país, 23,9 anos.

<sup>4</sup> A queda na desigualdade interestadual em termos do IDHM é confirmada pela queda do coeficiente de variação entre unidades da Federação de 0,1099 em 1991 para 0,0789 em 2000.

**Gráfico 2: IDHM - Redução da disparidade e da desigualdade interestaduais unidades da Federação - Brasil - 1991-2000**

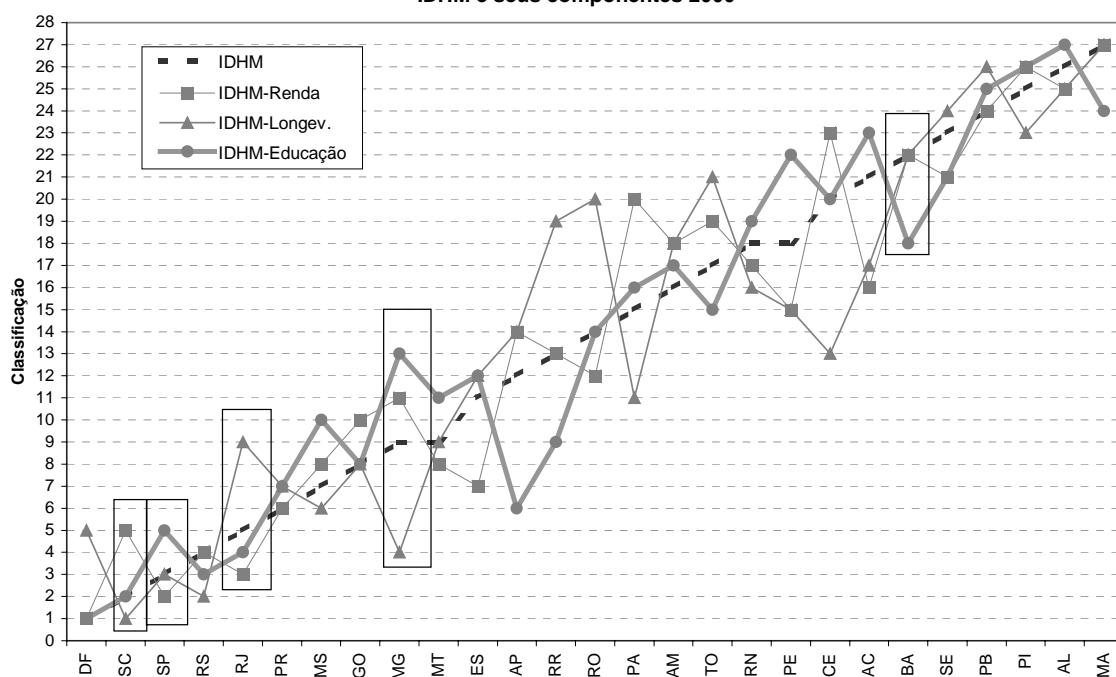


Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003.  
Disponível em: <www.fjp.gov.br>

Entre os estados das regiões mais desenvolvidas, também apresentaram os maiores progressos aqueles com menores índices, entre eles Minas Gerais. São Paulo não só perdeu a 1ª posição como foi a unidade da Federação que teve o menor progresso no período. Assim, entre São Paulo e Bahia, Minas Gerais é também uma transição em progresso.

Mas o IDHM é uma síntese de três dimensões. O gráfico 3 mostra que o que sustenta Minas Gerais na 9ª posição entre os estados de melhor IDHM é a dimensão Longevidade, na qual ocupa a 4ª posição. De fato, o estado é apenas o 11º e o 13º nas dimensões Renda e Educação, respectivamente. Tamanha variação de posições não se encontra nem nos estados de maior desenvolvimento e, tampouco, nos de menor. São Paulo, por exemplo, ocupa a 3ª posição em Longevidade, a 2ª em Renda e a 3ª em Educação; a Bahia é o 22º colocado nas dimensões Longevidade e Renda e o 18º em Educação. Rio de Janeiro é uma exceção entre os estados de maior desenvolvimento humano: sua posição seria melhor se não fosse a 9ª colocação em Longevidade, pois é o 3º em Renda e o 4º em Educação.

**Gráfico 3: Classificação dos estados brasileiros segundo o IDHM e seus componentes 2000**

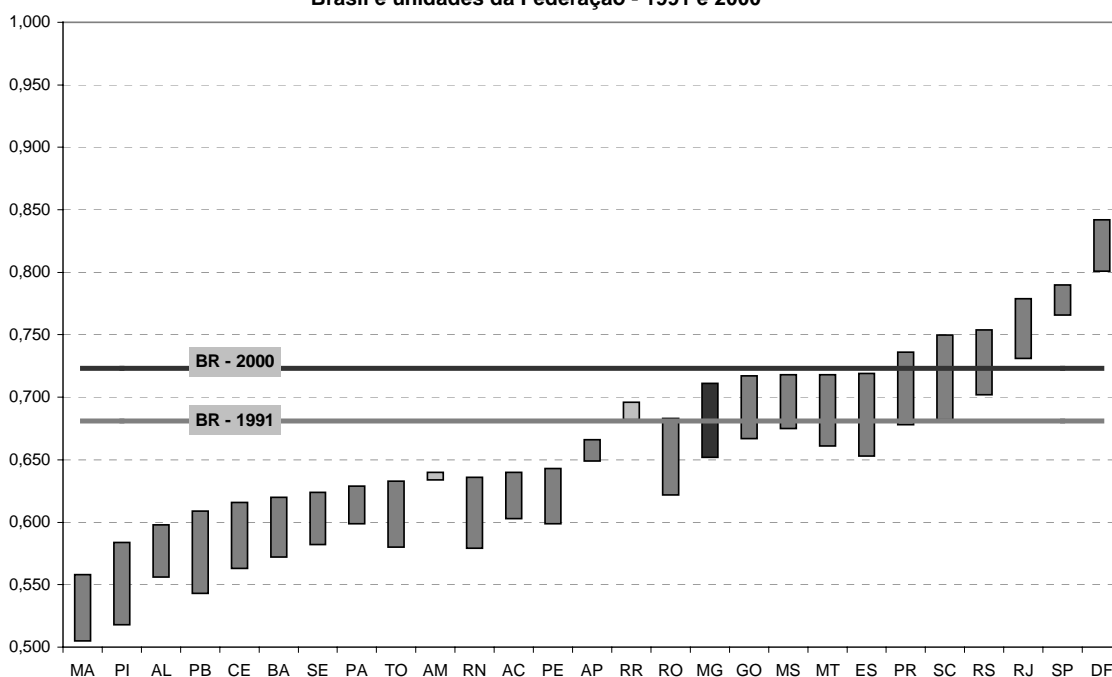


Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003.  
Disponível em: <www.fjp.gov.br>

Outro aspecto a ser observado no gráfico 3 diz respeito à diferença de posições assumidas pelos estados em termos de IDH e Renda. Minas Gerais e Santa Catarina ocupam melhores posições pelo IDH do que pela Renda, ocorrendo o inverso com São Paulo e Rio de Janeiro. Isso indica que os dois primeiros conseguem, de certa forma, traduzir melhor os meios em fins. Santa Catarina é exemplar quanto a isso: é apenas o 5º em Renda, mas o 1º em Longevidade e o 2º em Educação. Minas Gerais já não é tão exemplar, pela sua posição em Educação, principalmente considerando que, no enfoque do desenvolvimento humano, educação é também um fim em si mesma.

O gráfico 3 pode gerar uma falsa impressão, por considerar apenas diferenças em posições, e não a distância entre as posições: a diferença de uma posição pode significar uma distância maior que a diferença de várias posições. Para qualificar melhor as conclusões aqui extraídas, faz-se a seguir a análise dos gráficos 4, 6 e 8, que mostram a evolução dos índices de cada uma das três dimensões do IDH.

**Gráfico 4: IDHM-Renda**  
**Brasil e unidades da Federação - 1991 e 2000**



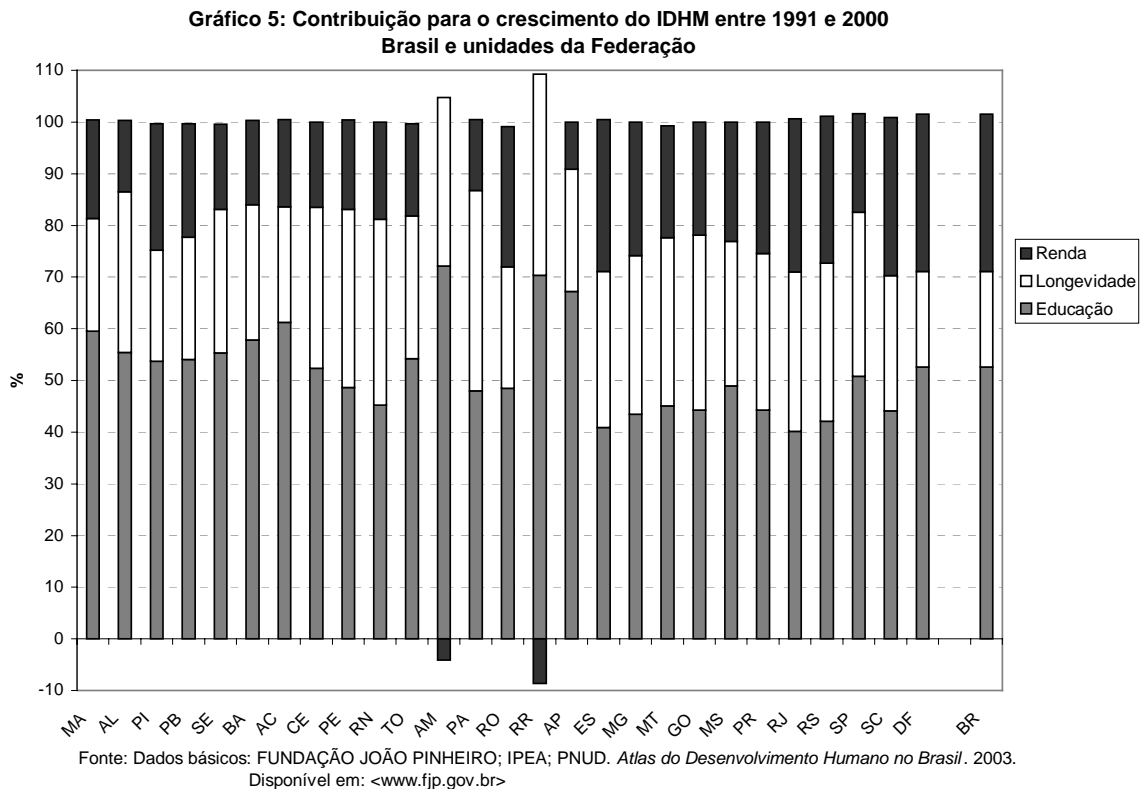
Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003.  
 Disponível em: <[www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br)>

O gráfico 4 revela que o fato de Minas Gerais ocupar pior posição na dimensão Renda do que no IDHM não significa muito, pois seu índice fica bem próximo daqueles apresentados pelos estados do Centro-Oeste e do Espírito Santo, à sua frente. Mais uma vez, Minas fica na transição, agora mais abrupta: a distância que separa o estado do de São Paulo e da Bahia é maior. Embora ainda aquém da média do Brasil, aproximou-se dela durante o período 1991-2000, situando-se entre os estados que tiveram os maiores progressos neste índice. Com isto, chegou mais perto dos mais ricos, principalmente de São Paulo, que, entre eles, foi o que teve o menor avanço.

Note-se que a disparidade e a desigualdade entre os estados brasileiros são maiores pelo IDHM-Renda do que IDHM, o que pode ser constatado através da observação dos gráficos 1 e 4 ou pelo fato de que o coeficiente de variação interestadual é, respectivamente, de 0,1032 e 0,0789. Além da desigualdade interestadual ser maior pelo índice de Renda, sua queda entre 1991 e 2000 foi menor (o coeficiente de variação caiu de 0,1149 para 0,1032 no caso do índice de Renda e de 0,1099 para 0,0789 no caso do IDHM).

A contribuição da dimensão Renda foi relativamente pequena para o progresso do IDHM em Minas Gerais e em grande parte dos estados, chegando a ser negativa em Roraima e no Amazonas. Isso fica mais bem demonstrado no gráfico 5, o qual mostra que a dimensão

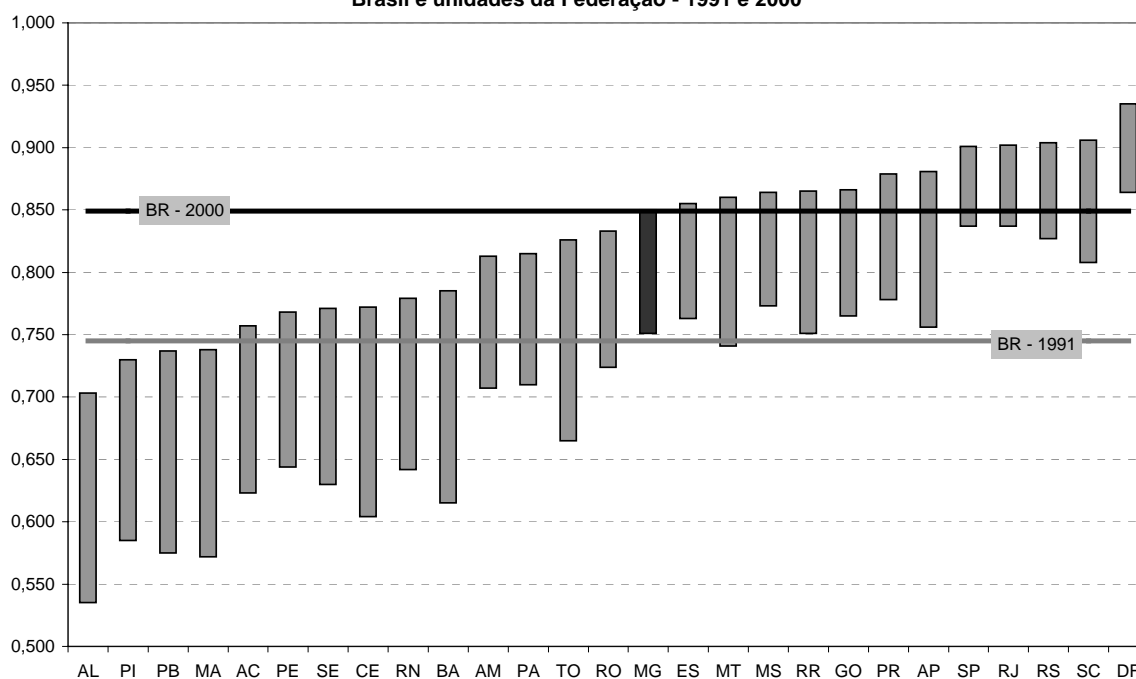
Renda foi responsável por apenas um quarto do crescimento do IDHM de Minas entre 1991 e 2000.<sup>5</sup>



A dimensão que mais contribuiu para o progresso do IDHM em todo o Brasil foi Educação, particularmente nos estados de menor desenvolvimento humano. Em Minas Gerais, esta contribuição foi de 43%.

<sup>5</sup> Em parte, isto se deve a que o índice da dimensão Renda é uma função côncava (logarítmica) da renda *per capita*; a função logarítmica faz com que o crescimento da renda *per capita* se traduza em um crescimento bem menor do índice da dimensão. Da mesma forma, a desigualdade interestadual em termos de renda *per capita* é bem maior que em termos de IDHM-Renda.

Gráfico 6: IDHM-Educação  
Brasil e unidades da Federação - 1991 e 2000

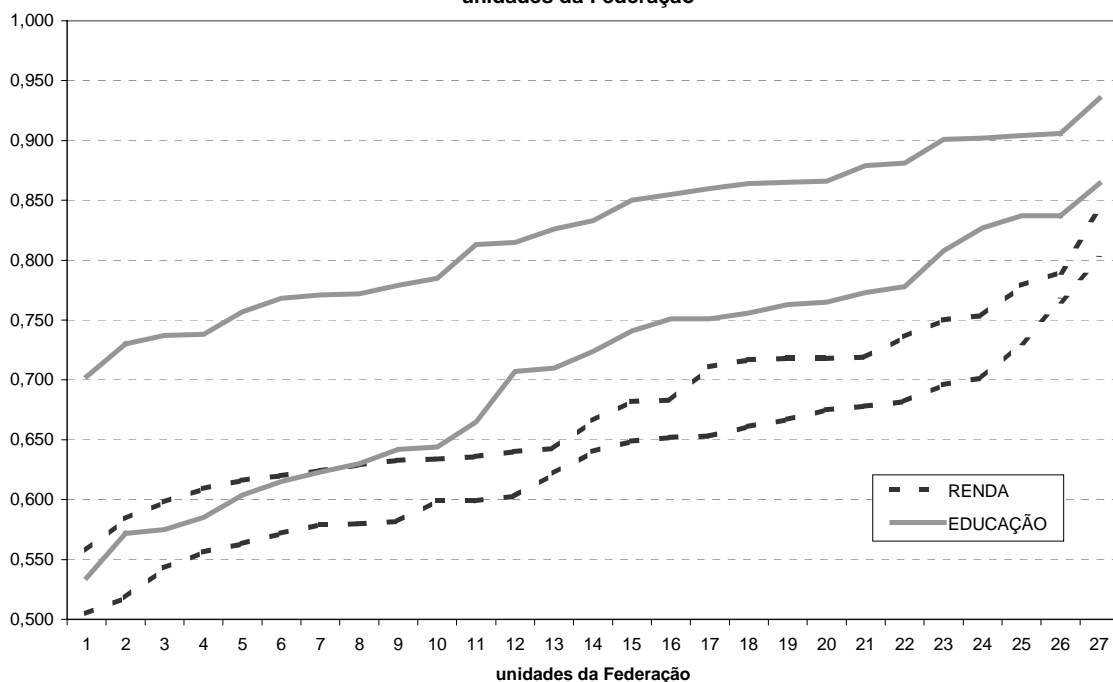


Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003.  
Disponível em: <www.fjp.gov.br>

Entretanto, é na dimensão Educação que Minas Gerais, de certa forma, menos se destaca. Embora seu índice seja igual ao do Brasil, seu progresso foi um pouco menor que o do país. Isto se deu não porque essa dimensão tenha evoluído menos que nos estados em melhor situação, pois seu índice cresceu mais que o dos cinco mais bem colocados. Na verdade, o que ocorreu é que os índices dos estados das regiões Norte e Nordeste, partindo de níveis bem mais baixos, progrediram muito mais. Com isso, caem a disparidade e a desigualdade em Educação entre as unidades da Federação, sendo que, certamente, foi esta a dimensão que mais contribuiu para a queda na desigualdade em desenvolvimento humano, aludida anteriormente. Nesse sentido, vale observar o gráfico 7. Em 1991 as desigualdades em Educação são visivelmente maiores que em Renda, mas em 2000 a situação se inverte. De fato, enquanto no caso do índice de Renda o coeficiente de variação caía de 0,1149 para 0,1032, no caso do índice de Educação ele recuou de 0,1327 para 0,0777.



**Gráfico 7: Índices Renda e Educação: Evolução comparada das disparidades 1991 e 2000 - unidades da Federação**

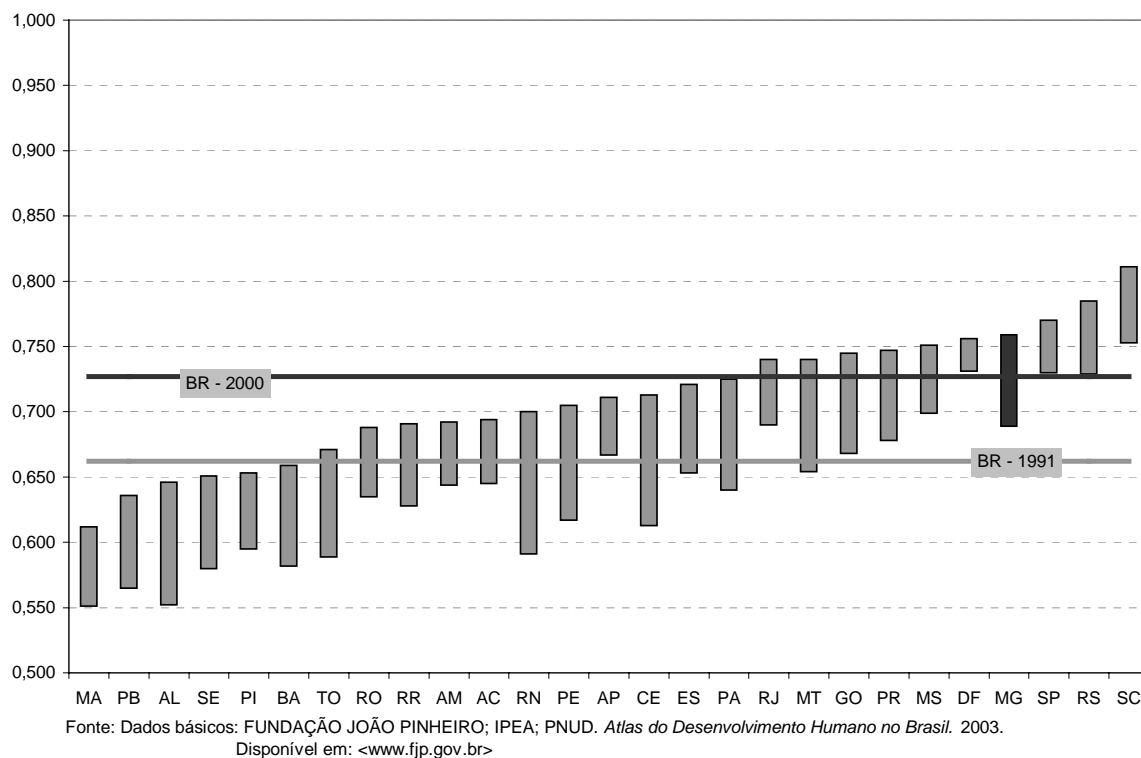


Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003.  
Disponível em: <[www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br)>

É na dimensão Longevidade que Minas Gerais mais se destaca, apresentando nível significativamente superior ao da média brasileira (gráf. 8). O estado sobressaiu também no crescimento da Longevidade, tendo não só ultrapassado, ao longo da década dos 90, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, como se aproximado de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, os melhores. Vale lembrar que esses três últimos têm índices de Renda e Educação bem superiores.

Mesmo assim o crescimento da Longevidade no estado ficou apenas na média do país. Também aqui os maiores avanços deram-se em estados que se encontravam em pior situação, sobressaindo Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas. Uma das explicações para isso pode estar nos maiores progressos aí observados em Educação, com reflexos diretos na queda da mortalidade infantil, que é um dos principais determinantes do nível de esperança de vida.

Gráfico 8: IDHM-Longevidade - 1991 e 2000



### 3. Disparidades internas: desenvolvimento humano nos municípios de Minas Gerais

A avaliação do desenvolvimento humano nos municípios mineiros será conduzida, inicialmente, utilizando-se os parâmetros adotados pelo PNUD para classificar os países em baixo, médio ou alto desenvolvimento. Para os objetivos deste estudo, a categoria “médio desenvolvimento” será subdividida em duas. Os municípios serão assim classificados: baixo desenvolvimento humano, IDHM for inferior a 0,5; médio baixo, IDHM no intervalo de 0,5 a 0,649; médio alto, IDHM no intervalo de 0,65 a 0,799; e alto desenvolvimento humano, IDHM igual ou superior a 0,8.

A tabela 1 mostra a distribuição dos municípios dos estados de Minas Gerais, Maranhão, Bahia, São Paulo e Santa Catarina, e do Brasil segundo essas quatro categorias do IDHM.

**Tabela 1: Distribuição dos municípios, por categoria do IDHM  
Brasil, Minas Gerais, Maranhão, Bahia, São Paulo e Santa Catarina - 1991 e 2000**

UF	No. de munic.	PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS				População (milhões)	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO			
		Baixo	Médio baixo	Médio alto	Alto		Baixo	Médio baixo	Médio alto	Alto
1991										
MA	217	65,9	33,2	0,9	4,93	46,7	38,6	14,7		
BA	415	38,8	58,8	2,4	11,87	23,6	50,3	26,1		
<b>MG</b>	<b>853</b>	<b>3,6</b>	<b>51,0</b>	<b>45,4</b>	<b>15,74</b>	<b>1,5</b>	<b>24,6</b>	<b>74,0</b>		
SP	645		5,3	92,7	2,0	31,59	0,5	56,5	43,0	
SC	293		8,5	90,4	1,0	4,54	3,0	86,2	10,8	
<b>BR</b>	<b>5507</b>	<b>17,9</b>	<b>39,4</b>	<b>42,4</b>	<b>0,3</b>	<b>146,83</b>	<b>8,4</b>	<b>22,4</b>	<b>58,4</b>	<b>10,7</b>
2000										
MA	217	3,7	89,9	6,5	5,65	1,6	67,6	30,8		
BA	415		74,5	25,3	0,2	13,07	43,2	38,1	18,7	
<b>MG</b>	<b>853</b>		<b>12,9</b>	<b>82,6</b>	<b>4,5</b>	<b>17,89</b>	<b>5,7</b>	<b>61,9</b>	<b>32,3</b>	
SP	645		0,5	72,4	27,1	37,03	0,1	27,8	72,1	
SC	293			58,4	41,6	5,36		28,8	71,2	
<b>BR</b>	<b>5507</b>	<b>0,4</b>	<b>30,9</b>	<b>58,2</b>	<b>10,4</b>	<b>169,80</b>	<b>0,1</b>	<b>14,8</b>	<b>47,8</b>	<b>37,3</b>

Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003

Em Minas Gerais apenas 4,5% (38) dos seus 853 municípios são de alto desenvolvimento humano, percentual bem inferior ao encontrado nos estados de São Paulo e Santa Catarina. Neste último, de maior IDHM no país, 41,6% dos municípios estão nesta categoria. A situação de Minas Gerais, entretanto, é relativamente boa, sob quatro perspectivas.

a) Dos seus municípios, 82,6% estão na categoria “médio alto IDHM” e apenas 12,9% estão na categoria “médio baixo IDHM”, o que contrasta com a situação da Bahia, onde três quartos dos municípios ainda estão nessa categoria. O contraste é maior com relação ao Maranhão, menor IDHM do país: 90% dos municípios ainda permanecem na categoria “médio baixo IDHM” e em oito municípios a população ainda vive em condições de baixo desenvolvimento humano.

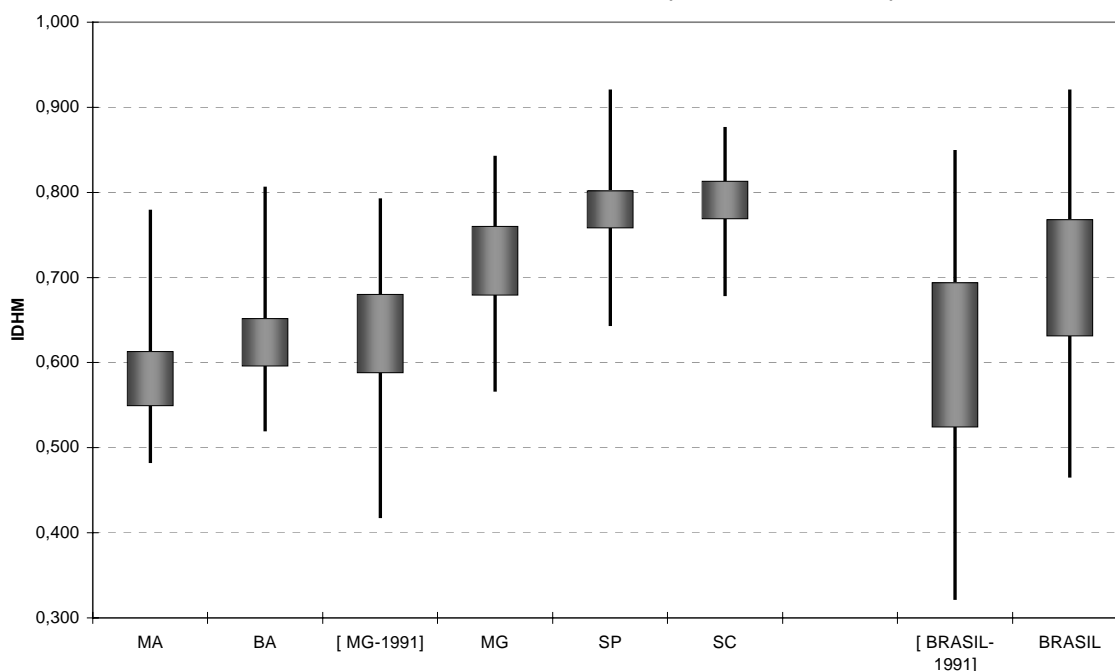
A comparação com o Brasil é também interessante, pois mostra que se Minas Gerais retrata o país, esse retrato não capta toda a amplitude das disparidades aí existentes. De fato, não apenas as proporções de municípios de alto e de médio baixo IDHM são bem maiores no país - 10,4% e 30,9%, respectivamente - como também há 67 municípios brasileiros (ou 1,2%) com IDHM superior ao do município mineiro de maior índice – Poços de Caldas (0,841). Por outro lado, há no país 373 (ou 6,8%) com índices inferiores ao de Setubinha, menor IDHM do estado (0,568).<sup>6</sup>

Essa maior disparidade existente no Brasil pode ser mais bem visualizada no gráfico 9, que mostra não só a distância entre o maior e o menor valor do IDHM, como também a distância interquartílica, ou seja, a que separa o menor valor entre os 25% maiores do maior

<sup>6</sup> O maior IDHM do país é o de São Caetano do Sul (SP), de 0,919; o menor é o de Manari (PE), de 0,467.

valor entre os 25% menores. Por essa última medida, vê-se que a disparidade intermunicipal em Minas Gerais é superior à de todos os demais estados selecionados. Este gráfico reforça a figura de que Minas é uma transição: mais da metade de seus municípios está entre os melhores da Bahia e, ao mesmo tempo, entre os piores de São Paulo.

**Gráfico 9: Disparidade intermunicipal em desenvolvimento humano  
Brasil e estados selecionados - 2000 (MG e BR: 1991 e 2000)**



Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003.  
Disponível em: <[www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br)>

b) A situação de Minas Gerais em 2000 pode ser considerada relativamente boa quando comparada com a do início dos anos 90. Em 1991, 51% de seus municípios estavam na categoria “médio baixo IDHM”, 31 (3,6%) na “baixo IDHM” e nenhum na “alto IDHM”. A melhora ocorrida no período pode ser mais bem analisada pela tabela 2, em que se constata que nenhum dos municípios mineiros caiu de categoria e que metade deles, pelo contrário, passou para categorias melhores. Assim, todos os 31 municípios situados na categoria “baixo IDHM” em 1991 ascenderam à categoria “médio baixo IDHM”; dos 435 da categoria “médio baixo IDHM”, 356 passaram à categoria “médio alto IDHM”; e dos 387 da categoria “médio alto IDHM”, 38 alcançaram a categoria “alto IDHM”.

**Tabela 2: Evolução do desenvolvimento humano nos municípios de Minas Gerais, segundo as categorias do IDHM - 1991-2000 (\*)**

ANO	2000					TOTAL 1991
	CATEGORIA DO IDH	BAIXO	MÉDIO BAIXO	MÉDIO ALTO	ALTO	
1991	Baixo	0	31	0	0	31
	Médio baixo	0	79	356	0	435
	Médio alto	0	0	349	38	387
	Alto	0	0	0	0	0
	<b>TOTAL 2000</b>	0	110	705	38	853

(\*) O tom mais escuro indica queda de categoria; o tom mais claro, permanência na mesma categoria; e o branco, ascensão para categoria superior.

Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003

c) A situação de Minas Gerais poderia ainda ser considerada boa quando se verifica que nos seus poucos municípios de alto desenvolvimento humano (4,5%) vive um terço de sua população total. Dois dos três municípios com mais de 500 mil habitantes e 9 dos 20 com população entre 100 e 500 mil passaram a essa categoria entre 1991 e 2000. Todos nessas duas faixas de população já haviam cruzado, em 1991, a fronteira entre o médio baixo e o médio alto desenvolvimento. No entanto, dadas as grandes desigualdades internas existentes nesses municípios, esta perspectiva é bastante problemática, pois os indicadores contemplados no IDHM traduzem médias municipais, ocultando assim o fato de que grande parcela de suas populações vivem, de fato, em condições bem piores.

d) Em comparação com o início da década dos 90, a disparidade e a desigualdade em desenvolvimento humano entre os municípios mineiros são agora menores. O coeficiente de variação para o IDHM dos municípios de Minas Gerais recuou de 0,1034 para 0,0780, mostrando queda da desigualdade intermunicipal no estado. Cabe ressaltar também que a desigualdade intermunicipal em IDHM no estado é inferior à existente no Brasil (o coeficiente de variação para o país caiu de 0,1637 para 0,1194).

Passando a analisar a situação dos municípios de Minas Gerais segundo as dimensões do IDHM, cabe verificar sua distribuição pelas mesmas categorias utilizadas anteriormente – médio, médio baixo, médio alto e alto desenvolvimento - , conforme a tabela 3.

**TABELA 3: Municípios por categoria do IDHM e de seus subíndices  
Minas Gerais - 2000 (\*)**

DIMENSÕES DO IDH	CATEGORIAS	I D H - 2000				TOTAL POR DIMENSÃO	%
		ALTO	MÉDIO ALTO	MÉDIO BAIXO	BAIXO		
Educação	Alto	38	387			425	49,8
	Médio Alto		318	97		415	48,7
	Médio Baixo			13		13	1,5
	Baixo						
Longevidade	Alto	27	107			134	15,7
	Médio Alto	11	588	70		669	78,4
	Médio Baixo		10	40		50	5,9
	Baixo						
Renda	Alto	2				2	0,2
	Médio Alto	36	303			339	39,7
	Médio Baixo		399	70		469	55,0
	Baixo		3	40		43	5,0
<b>Total pelo IDH</b>		38	705	110		853	
<b>%</b>		4,5	82,6	12,9			

(\*) O tom mais escuro indica que na dimensão considerada o município está em categoria inferior à que se encontra pelo IDHM; o branco, o inverso; e o tom mais claro, que o município está na mesma categoria pela dimensão considerada e pelo IDHM.

Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003

Confirma-se aqui o que já havia sido observado para os estados brasileiros: a dimensão Educação é a que mais contribui para o valor do IDHM. De fato, nessa dimensão nenhum município está em categoria inferior à que se encontra pelo IDHM e mais da metade dos municípios (484) está em categoria superior. Enquanto pelo IDHM apenas 4,5% dos municípios estão na categoria “alto desenvolvimento”, pela dimensão Educação 49,8% aí se encontram.

No outro extremo, na dimensão Renda não há nenhum município que esteja em categoria superior à ocupada segundo o IDHM, mostrando que esta é a dimensão que, de forma geral, menos contribui para o IDHM. Além disso, nessa dimensão mais da metade dos municípios (478) encontra-se em categorias inferiores. Por exemplo, dos 705 municípios com IDHM médio alto apenas 303 atingiam na dimensão Renda este nível; mais da metade (399) se encontra na categoria “médio baixo”; e três encontram-se na categoria “baixo desenvolvimento”.

A tabela 4 mostra que a dimensão Educação também foi a que mais contribuiu para o crescimento do IDHM dos municípios no período 1991-2000. De fato, mais de três quartos deles (672) subiram de categoria nessa dimensão e nenhum caiu. No entanto, mesmo na dimensão Renda a melhora foi grande: apesar de um município ter regredido, passando do

nível médio baixo para o baixo, praticamente a metade ascendeu de categoria. Nesse sentido, a melhora em Renda foi até maior que em Longevidade, dimensão na qual apenas 350 municípios subiram de categoria. Entretanto, cabe notar que a melhora em Longevidade deu-se em níveis mais elevados: se em 1991 nenhum município classificava-se na categoria “alto desenvolvimento” nessa dimensão, 134 municípios aí se encontravam em 2000. Também em Renda nenhum município atingia o alto desenvolvimento em 1991, mas em 2000 apenas dois estavam nesse nível.

**Tabela 4: Evolução dos municípios de Minas Gerais, segundo categorias das dimensões do IDHM - 1991-2000 (\*)**

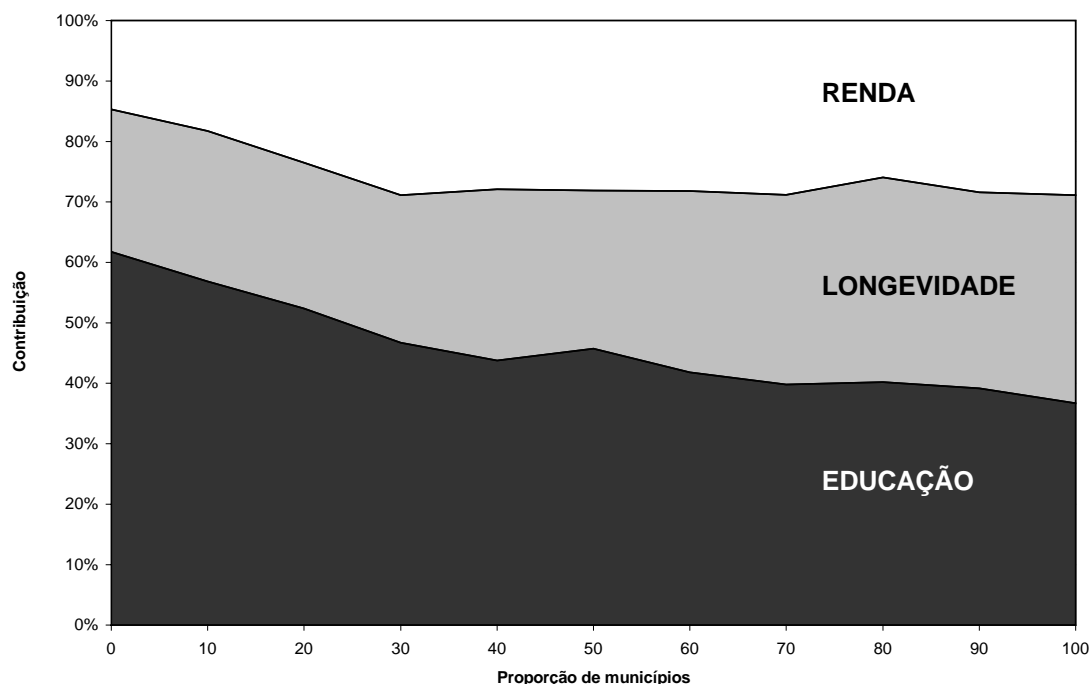
		DIMENSÕES - 2000					TOTAL 1991
		CATEGORIA	ALTO	MÉDIO ALTO	MÉDIO BAIXO	BAIXO	
DIMENSÕES - 1991	Educação	Alto	47				47
		Médio Alto	373	133			506
		Médio Baixo	5	247	1		253
		Baixo		35	12		47
	Longevidade	Alto					0
		Médio Alto	134	459			593
		Médio Baixo		210	44		254
		Baixo			6		6
	Renda	Alto					0
		Médio Alto	2	79			81
		Médio Baixo		260	308	1	569
		Baixo			161	42	203
TOTAL 2000							
Educação		425	415	13	0		
Longevidade		134	669	50	0		
Renda		2	339	469	43		

(\*) O tom mais escuro indica queda de categoria; o tom mais claro, permanência na mesma categoria; e o branco, ascensão para categoria superior.

Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003

A dimensão que mais contribuiu para o avanço do IDHM dos municípios mineiros foi Educação, como mostra o gráfico 10, no qual os municípios foram ordenados do menor para o maior IDHM, podendo-se demonstrar que a contribuição desta dimensão foi maior ainda para os municípios de menor desenvolvimento humano.

**Gráfico 10: Contribuição para o crescimento do IDHM, por dimensão  
Municípios de Minas Gerais - 1991-2000**



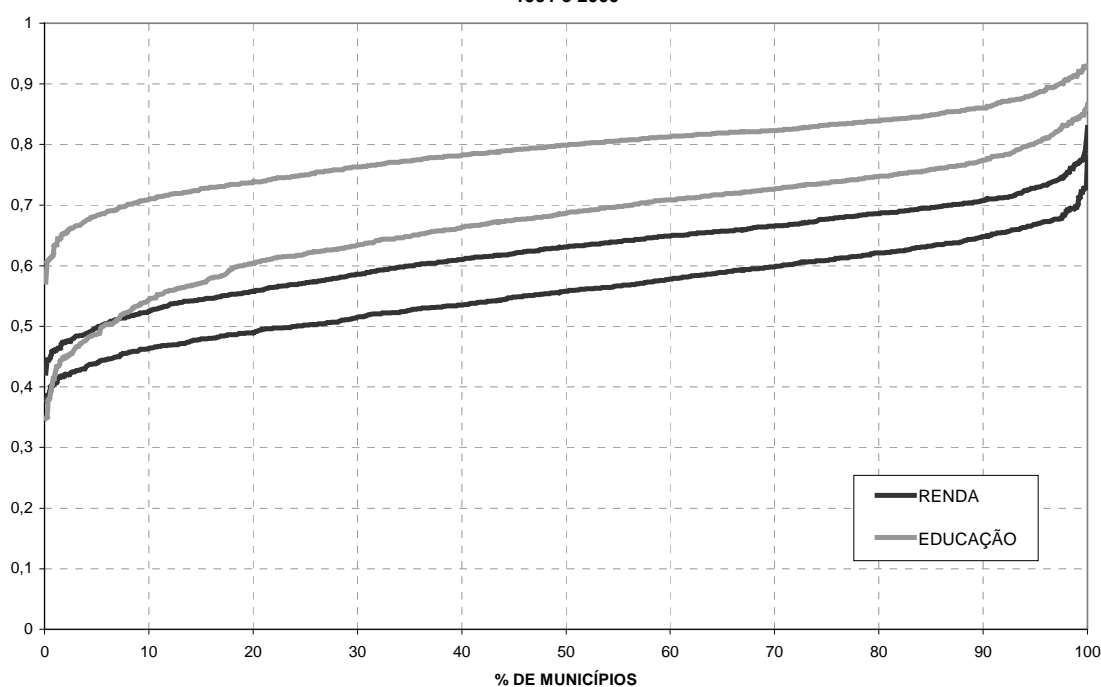
Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003. Disponível em: <[www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br)>

Os avanços na dimensão Educação foram os maiores responsáveis não só pelo crescimento do IDHM dos municípios como também pela queda na disparidade e na desigualdade em desenvolvimento humano. É o que mostra o gráfico 11. Vê-se que a desigualdade em Educação era em 1991 superior à desigualdade em Renda e que essa situação se inverte em 2000. De fato, para índice de Renda, o coeficiente de variação intermunicipal caiu de 0,1265 em 1991 para 0,1130 em 2000; para o índice de Educação, a queda foi bem maior, de 0,1368 para 0,0764. Para o índice de Longevidade, apesar de a queda do coeficiente ter sido menor, de 0,0843 para 0,0761, permanece sendo o menor entre as três dimensões<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Os coeficientes de variação no país são sempre maiores, embora a ordem das dimensões se mantenha: 0,1600 para Renda, 0,1160 para Educação e 0,1137 para Longevidade.



Gráfico 11: Disparidade e desigualdade intermunicipal - Renda X Educação Municípios de Minas Gerais - 1991 e 2000



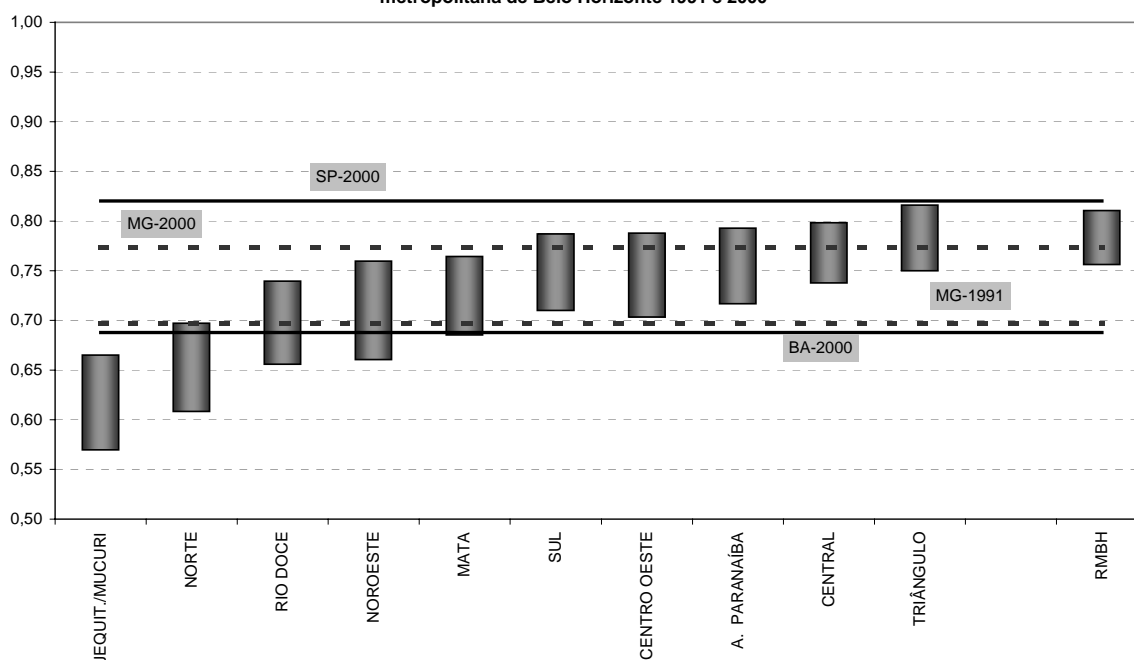
Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003.  
Disponível em: <www.fjp.gov.br>

#### 4. Disparidades internas: desenvolvimento humano nas regiões de planejamento

Viu-se que, em termos de desenvolvimento humano, as disparidades intermunicipais são grandes em Minas Gerais, mesmo com a queda verificada no período 1991-2000. Nesta seção, verifica-se em que medida o rebatimento espacial dessas disparidades conforma um quadro de desigualdade regional no estado e em que medida persistem as disparidades intra-regionais. Ou seja, trata-se de verificar a situação e a evolução das disparidades interregionais e as intermunicipais intra-regionais.

Das dez regiões de planejamento, cinco apresentam índices de desenvolvimento humano acima da média do estado, mas apenas o Triângulo ultrapassou o limite do alto desenvolvimento (gráf. 12). As regiões Central, Alto Paranaíba, Centro-Oeste e Sul estão em um nível um pouco abaixo e, entre si, praticamente se igualam, pois se as condições são um pouco melhores na região Central isto se deve à melhor situação da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), nela localizada. Cabe lembrar que a RMBH, que também alcançou o alto desenvolvimento ao longo dos anos 90, concentra 69% da população da região Central e 24,4% da estadual.

Gráfico 12: Índice de Desenvolvimento Humano Minas Gerais, regiões de planejamento e região metropolitana de Belo Horizonte 1991 e 2000



Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003. Disponível em: <www.fjp.gov.br>

Das outras cinco regiões, Noroeste e Mata estão bem próximas da média de Minas Gerais. Distanciando-se cada vez mais dela, sucedem-se as regiões do Rio Doce, Norte e Jequitinhonha/Mucuri, esta última com IDHM significativamente inferior ao do estado nove anos atrás.<sup>8</sup>

O gráfico 12 mostra de forma bem nítida a transição que se dá dentro do estado. Com as regiões de menor desenvolvimento próximas da média da Bahia e as mais desenvolvidas próximas da de São Paulo, são as regiões Noroeste, Rio Doce e Mata que, aparentemente, marcam essa transição. Mais à frente se verá que também a região Central, mais que a Noroeste, deve ser aí incluída.

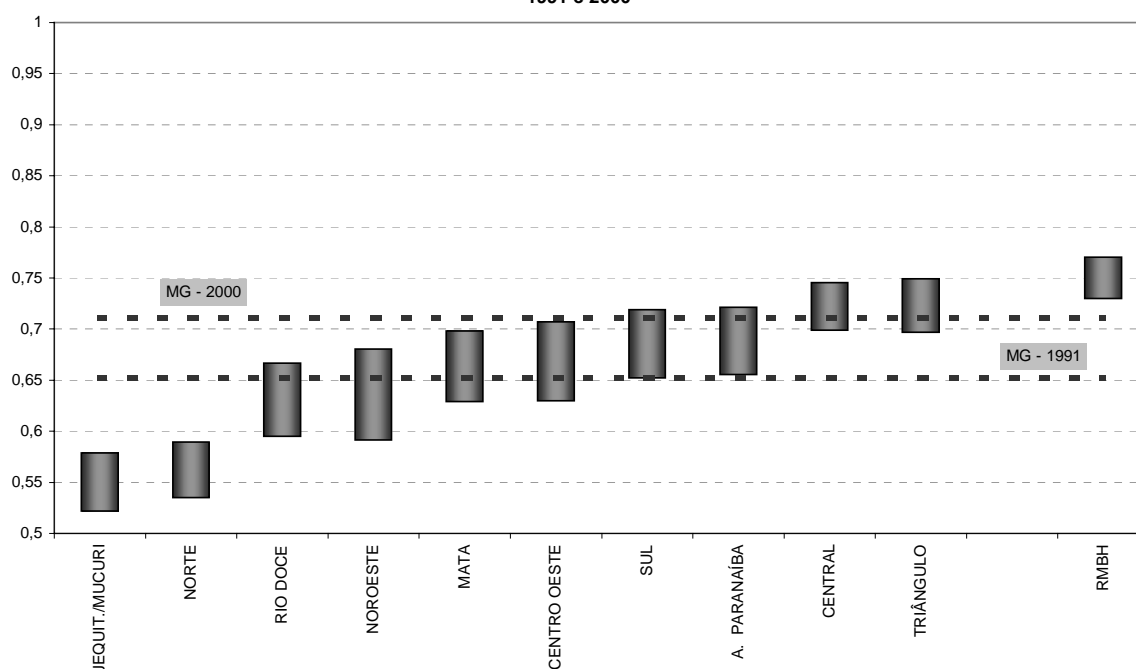
Verifica-se ainda pelo gráfico 12 que houve nos anos 90 uma redução na desigualdade inter-regional em termos de desenvolvimento humano, pois o progresso foi maior nas regiões menos desenvolvidas, destacadamente no Noroeste, e menor nas mais desenvolvidas. Mais uma vez comprova-se que essa queda na desigualdade deve-se aos maiores avanços conseguidos pelas regiões menos desenvolvidas na dimensão Educação. De fato, isso só ocorre nessa dimensão, pois em Renda e Longevidade as regiões Jequitinhonha/Mucuri e Norte estão entre as que apresentaram os menores progressos (gráf. 13, 14 e 15).

<sup>8</sup> À velocidade de crescimento do IDHM de Minas Gerais entre 1991 e 2000, essas três regiões levariam, respectivamente, 4, 9 e 12,8 anos para alcançar o nível de desenvolvimento humano do estado em 2000.

A menor desigualdade inter-regional é verificada na dimensão Longevidade e a maior, na dimensão Renda, com a permanência de um grande fosso separando as duas regiões mais ricas das duas mais pobres. A desigualdade inter-regional, medida pelo coeficiente de variação, recuou tanto no caso do IDHM como dos índices de Renda, Educação e Longevidade, mas o recuo foi sensivelmente maior no caso da Educação. Assim, enquanto para o IDHM o coeficiente passou de 0,0839 em 1991 para 0,0628 em 2000, para os índices de Renda e Longevidade os coeficientes variaram bem menos, passando de 0,0973 para 0,0865 e de 0,0533 para 0,0498, respectivamente; já no caso do IDHM-Educação, a queda do coeficiente foi bem maior, de 0,1063 para 0,0611.

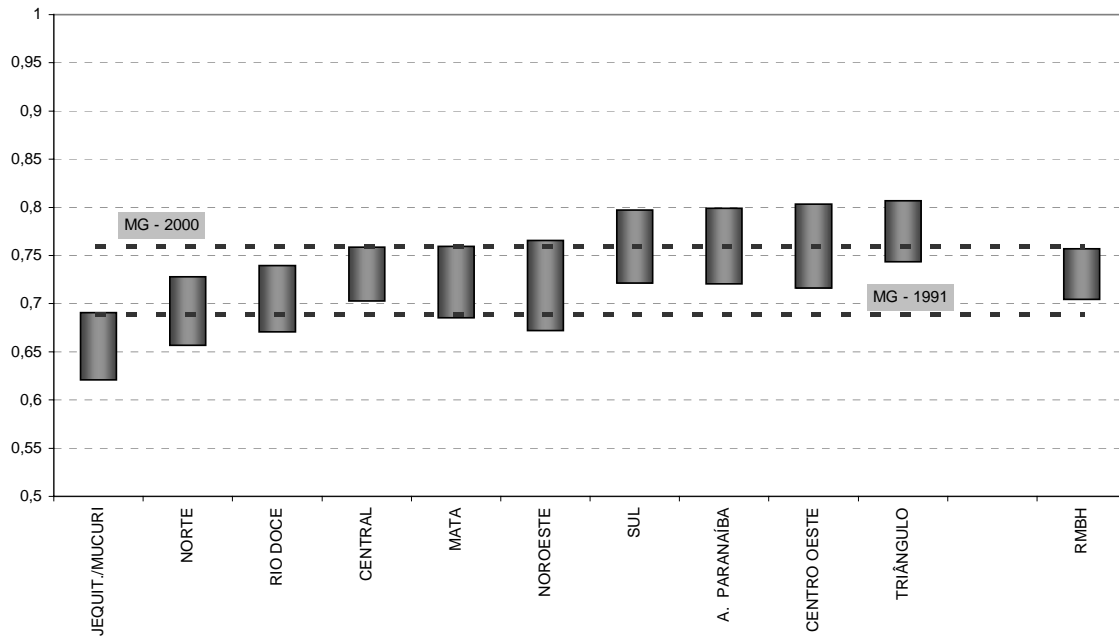
Vale destacar a posição bem pior da região Central (e, dentro dela, da RMBH) na dimensão Longevidade: com condições de Renda e Educação praticamente iguais à do Triângulo, primeira colocada, em Longevidade só fica à frente de três regiões – Jequitinhonha/Mucuri, Norte e Rio Doce. Além disso, a região Central e a RMBH perderam posição ao longo dos anos 90 para as regiões Mata e Noroeste.

**Gráfico 13: Dimensão Renda**  
Regiões de planejamento de Minas Gerais e região metropolitana de BH  
1991 e 2000



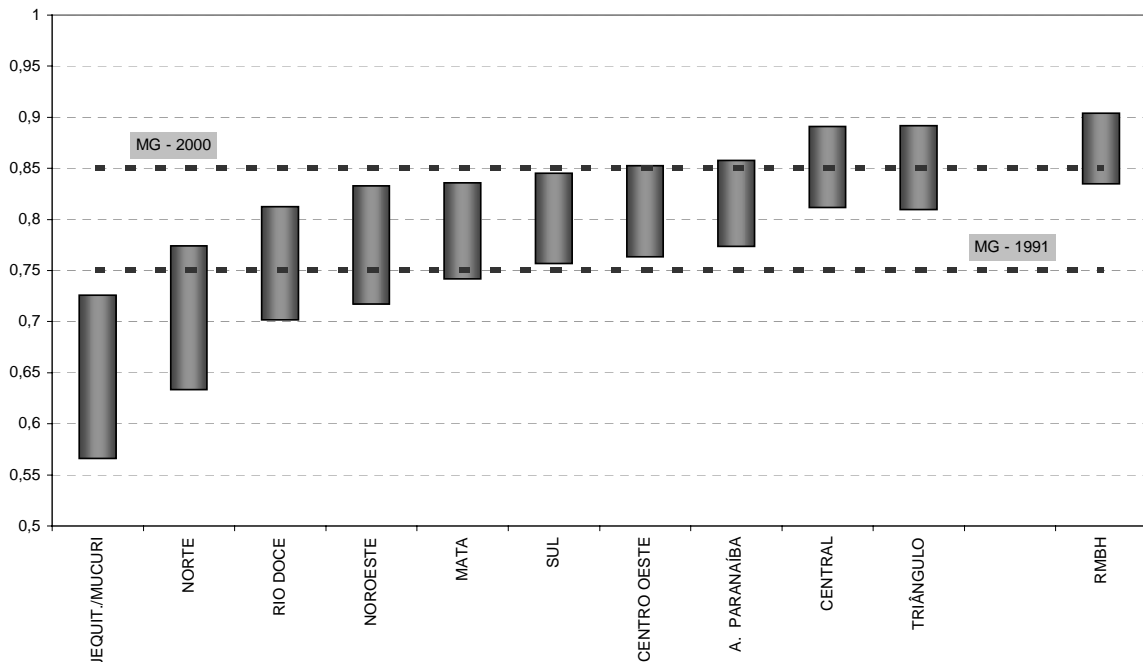
Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003.  
Disponível em: <www.fjp.gov.br>

**Gráfico 14: Dimensão Longevidade**  
**Regiões de planejamento de Minas Gerais e região metropolitana de BH 1991 e 2000**



Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003.  
 Disponível em: <www.fjp.gov.br>

**Gráfico 15: Dimensão Educação**  
**Regiões de planejamento de Minas Gerais e região metropolitana de BH 1991 e 2000**



Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003.  
 Disponível em: <www.fjp.gov.br>

Resta verificar as desigualdades e disparidades intermunicipais existentes nas regiões de planejamento do estado. Na tabela 5, os municípios das regiões foram distribuídos por categorias do IDHM, sendo que o médio desenvolvimento humano foi subdividido não em duas categorias, como até aqui, mas em três: médio baixo (IDHM de 0,5 a 0,599), médio (IDHM de 0,6 a 0,699) e médio alto (IDHM de 0,7 a 0,799).

**Tabela 5: Distribuição dos municípios, por região de planejamento e por categoria do IDHM  
Minas Gerais - 2000**

REGIAO DE PLANEJAMENTO	No. de MUNIC.	% DE MUNICIPIOS					POPULAÇÃO (mil)	% DA POPULAÇÃO				
		BAIXO	MÉDIO BAIXO	MÉDIO	MÉDIO ALTO	ALTO		BAIXO	MÉDIO BAIXO	MÉDIO	MÉDIO ALTO	ALTO
JEQUIT./MUCURI	66		12,1	83,3	4,5		977,8		5,6	75,3	19,1	
NORTE	89		12,4	79,8	7,9		1492,7		4,6	61,2	34,2	
RIO DOCE	102		1,0	67,6	29,4	2,0	1534,3		0,3	32,7	48,5	18,5
NOROESTE	19			10,5	84,2	5,3	334,5			2,9	76,1	20,9
MATA	142			34,5	64,1	1,4	2030,9			17,9	56,4	25,7
SUL	155			0,6	92,3	7,1	2384,9			0,1	68,5	31,4
CENTRO OESTE	56			1,8	87,5	10,7	987,8			0,4	61,5	38,1
A. PARANAÍBA	31				90,3	9,7	589,9				72,7	27,3
CENTRAL	158			25,9	69,6	4,4	6278,9			3,8	54,7	41,5
TRIÂNGULO	35				82,9	17,1	1280,0				20,3	79,7
RMBH	34				91,2	8,8	4357,9				45,9	54,1
BAHIA	415		27,2	67,0	5,5	0,2	13070,3		15,6	46,4	19,3	18,7
<b>MINAS GERAIS</b>	<b>853</b>		<b>2,3</b>	<b>33,9</b>	<b>59,3</b>	<b>4,5</b>	<b>17891,5</b>		<b>0,7</b>	<b>15,5</b>	<b>51,4</b>	<b>32,3</b>
SÃO PAULO	645			1,4	71,5	27,1	37032,4			0,2	27,8	72,1

Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003.

Verifica-se, assim, que, à semelhança do estado da Bahia, nas regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri a grande maioria dos municípios tem de médio baixo a médio desenvolvimento humano, vivendo neles a maior parte das populações regionais.

Em contraste, nas regiões Sul, Centro Oeste, Alto Paranaíba e Triângulo praticamente a totalidade dos municípios, à semelhança de São Paulo, é de médio alto a alto desenvolvimento humano.

Na transição ficam, portanto, as demais regiões. Note-se que enquanto 90% dos municípios da região Noroeste estão nas categorias médio alto ou alto desenvolvimento humano, dois terços dos municípios do Rio Doce e um terço dos da região da Mata estão em categorias inferiores. O mesmo acontece com um quarto dos municípios da região Central, embora neles viva parcela pouco significativa da sua população.

A desigualdade intermunicipal em desenvolvimento humano caiu em todas as regiões de planejamento. A queda foi maior nas regiões de maior desigualdade, que só não coincidem com as regiões de menor IDHM do estado porque inclui a região Central e exclui a Noroeste (tab. 6). A mesma conclusão vale para cada uma das dimensões do IDHM, com exceção da elevação da desigualdade intermunicipal na região Noroeste, no tocante aos índices de Renda e Longevidade. Note-se que os coeficientes de variação são sempre maiores nas dimensões

Renda e Educação e que as maiores quedas desses coeficientes se verificaram na dimensão Educação, indicando, mais uma vez, que foi esta a dimensão que mais contribuiu para a queda na desigualdade em desenvolvimento humano no período.

TABELA 6 : Desigualdade intermunicipal em desenvolvimento humano, por região de planejamento Minas Gerais - 2000 e evolução 2000-1991

REGIÃO DE PLANEJAMENTO	Desigualdade intermunicipal (coeficiente de variação)							
	IDHM		IDHM-Renda		IDHM-Educação		IDHM-Longevidade	
	2000	2000-1991	2000	2000-1991	2000	2000-1991	2000	2000-1991
NORTE	0,064	-0,033	0,089	-0,018	0,074	-0,084	0,081	-0,015
CENTRAL	0,060	-0,020	0,086	-0,022	0,063	-0,041	0,062	-0,006
RIO DOCE	0,056	-0,021	0,076	-0,014	0,060	-0,047	0,067	-0,016
JEQUIT./MUCURI	0,053	-0,023	0,080	-0,018	0,063	-0,065	0,066	-0,012
MATA	0,051	-0,019	0,071	-0,027	0,053	-0,028	0,063	-0,012
CENTRO-OESTE	0,039	-0,010	0,056	-0,013	0,044	-0,021	0,044	-0,004
SUL	0,036	-0,009	0,058	-0,009	0,040	-0,024	0,040	-0,005
NOROESTE	0,035	-0,008	0,067	0,002	0,033	-0,035	0,047	0,014
TRIÂNGULO	0,032	-0,013	0,041	-0,020	0,040	-0,020	0,035	-0,004
ALTO PARANAIBA	0,025	-0,007	0,049	-0,001	0,036	-0,012	0,028	-0,002

Fonte: Dados básicos: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO;IPEA;PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003.

## 5. Considerações finais

Sem dúvida, o IDHM constitui um avanço em relação ao emprego da renda *per capita* como indicador do desenvolvimento, ao incorporar as dimensões Longevidade e Educação. Este fato, aliado à simplicidade do índice, têm-lhe conferido grande aceitação enquanto instrumento em diagnósticos e critério de seleção em programas sociais. No entanto, uma análise do desenvolvimento humano baseado somente no IDHM, tal como este índice é construído, está sujeito a uma série de críticas. Uma delas refere-se à não consideração de outras dimensões importantes do desenvolvimento humano e, nesse sentido, tanto os relatórios mundiais do PNUD quanto o *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil* incorporam uma gama ampliada de indicadores relativos a outras dimensões.

Mais problemática parece ser a crítica de que o IDHM utiliza indicadores que são médias. No caso de sociedades relativamente homogêneas, isso não seria problema, mas em sociedades com elevados níveis de desigualdade o índice deixa de captar a real situação de carência de grande parcela da população.

O melhor exemplo é o da dimensão Renda. O IDHM contempla um único indicador nessa dimensão: a renda *per capita* média. Se a desigualdade de renda é elevada, isto significa que amplas faixas da população têm um nível de renda *per capita* bem menor que a média e, portanto, um menor grau de desenvolvimento humano; se dois municípios têm a mesma renda

*per capita* média, essas faixas tenderão a ser mais amplas naquele que apresenta a maior desigualdade de renda. O índice de Renda pode estar crescendo e, ao mesmo tempo, a situação da parcela mais pobre pode estar piorando, em função de uma elevação da desigualdade de renda.

O Brasil é um dos países de maior desigualdade no mundo e mesmo no estado de menor desigualdade – Santa Catarina -, ela é elevadíssima: 45,3% da renda total são apropriados pelos 10% mais ricos e somente 10% pelos 40% mais pobres. Em Minas Gerais, os 10% mais ricos detêm metade da renda total, enquanto os 40% mais pobres ficam com apenas 8%. Assim, retirando-se os 10% mais ricos da população, o IDHM de Minas cai de 0,773 para 0,740, apenas pelo efeito da queda no índice de Renda (ou seja, desconsiderando-se a desigualdade em Educação e Longevidade); e, considerando-se apenas a renda *per capita* dos 20% mais pobres, o IDHM cai para apenas 0,650.

Além disso, a decomposição do índice de Theil mostra que 70% da desigualdade de renda no estado pode ser atribuída à desigualdade entre pessoas ou famílias que vivem no mesmo município, ou seja, o problema persiste mesmo no caso dos índices municipais. Cabe acrescentar ainda que a desigualdade de renda cresceu entre 1991 e 2000 na maioria dos municípios e das regiões mineiras, o que só não se traduziu em aumento da pobreza pela elevação generalizada da renda *per capita*.

Uma outra crítica que pode ser feita ao IDHM refere-se à utilização da taxa de analfabetismo como o principal indicador da dimensão Educação e torna-se particularmente importante pelo fato de que, com se mostrou anteriormente, foi essa dimensão a principal responsável pelo incremento no IDHM entre 1991 e 2000, tanto no caso do Brasil, como de Minas Gerais, de seus municípios e de suas regiões. Embora a alfabetização, compreendida como a capacidade de ler e escrever um texto simples, seja uma condição mínima e essencial para o desenvolvimento humano, a taxa de analfabetismo torna-se cada vez mais insuficiente para caracterizar situações de carência, em face dos novos requerimentos do mercado de trabalho (não só devido ao elevado desemprego e ao conseqüente aumento da competição nesse mercado, mas ao próprio desenvolvimento tecnológico e organizacional) e, conforme o enfoque do desenvolvimento humano, da necessidade de expansão das capacidades e dos horizontes de participação e realização pessoal. Na verdade, hoje já se torna muito difícil pensar que as pessoas possam desenvolver a plenitude de suas capacidades se elas não tiverem pelo menos 8 anos de estudo (que é a duração do ensino “fundamental”).

Nesse sentido, a situação de Minas Gerais na dimensão Educação é ainda preocupante: 68% da população adulta (25 anos ou mais de idade) têm menos de 8 anos de estudo,

percentual não muito inferior ao maior verificado no país – Piauí, com 77%. Além disso, 44% da geração de jovens adultos (18 a 24 anos) estão entrando na vida adulta sem completar o fundamental. Nas regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri, a situação é bem mais grave. Nessa última, por exemplo, 83% da população adulta e 62% da de jovens adultos têm menos de 8 anos de estudo; e em três quartos de seus municípios a taxa de “analfabetismo fundamental” dos adultos supera 85% e a dos jovens adultos, 60%.

A título de exercício, considerando-se como alfabetizados apenas os adultos com mais de 8 anos de estudo, o IDHM-Educação de Minas Gerais cairia de 0,850 para 0,477 e o IDHM, de 0,773 para 0,649. Além disso, cabe destacar que a desigualdade inter-regional em termos do IDHM-Educação assim modificado é bem superior à desigualdade verificada pelo índice original, e que a queda na desigualdade inter-regional em desenvolvimento humano torna-se, com essa modificação, muito menor.

Um último comentário refere-se à necessidade, ao se diagnosticar o desenvolvimento humano em Minas Gerais, de se considerar não só os níveis de carência (medidos pelo IDHM, pela taxa de analfabetismo, pela proporção de pobres, etc.), mas também os volumes de pessoas carentes. De fato, se no Jequitinhonha/Mucuri a proporção de pobres<sup>9</sup> está em torno de 60% e, na região Central, em torno de 25%, por outro lado, esta última concentra 29% dos pobres do estado, enquanto na primeira vivem apenas 11% deles. Nesse sentido, cabe destacar que a Região Metropolitana de Belo Horizonte é mais carente que qualquer região de Minas: nela estão concentrados 17% dos pobres do estado.

Concluindo, este texto mostrou um avanço no grau de desenvolvimento humano em Minas Gerais ao longo do período 1991-2000, com queda nas desigualdades intermunicipais e inter-regionais, e isto se verificou não só através da análise do IDHM como também de seus índices Renda, Educação e Longevidade. Entretanto, a consideração das desigualdades existentes e de indicadores mais exigentes (como a taxa de analfabetismo “fundamental” ao invés da taxa de analfabetismo) indicam que o desafio em termos de desenvolvimento humano em Minas Gerais é maior do que deixam entrever seus índices de desenvolvimento humano.

---

<sup>9</sup> Considerando-se pobres as pessoas com renda familiar *per capita* mensal inferior a meio salário mínimo.